



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
PAC e o Estado brasileiro: revisitando o mito desenvolvimentista			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Bruno Gawryszewski¹	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Aluno
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Declaradamente inspirado nos projetos que marcaram época no período conhecido como Nacional-Desenvolvimentismo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é considerado pela base de apoio ao governo do Partido dos Trabalhadores uma inflexão do Estado em garantir o papel do Estado como um indutor para o investimento privado produtivo e aplicação direta de gastos públicos, em meio ao esgotamento dos planos econômicos neoliberais dominantes nas décadas de 1980 e 1990. Revisitando o mito desenvolvimentista, o PAC se ampara em premissas semelhantes de um arranque para o crescimento econômico como condição para a elevação do padrão de vida da população. Desse modo, o objetivo do trabalho é compreender as condições objetivas em que o PAC tem se consolidado como carro-chefe de intervenção do Estado brasileiro. Para esse fim, a análise se compõe tanto por autores que fizeram a contraoposição ao Nacional-Desenvolvimentismo quanto por aqueles que se detêm sobre a conjuntura contemporânea do chamado novo-desenvolvimentismo. Assim, o trabalho aponta que a implementação do PAC consolida como política estratégica nacional, a inserção do país na economia-mundo, por meio de um padrão de acumulação de capital que promove a expansão concomitante dos núcleos centrais da burguesia internacional associados às frações internas da burguesia local sob financiamento estatal e que, tal como seu antecessor, o novo-desenvolvimentismo se utiliza de estratégias passadas, como a superexploração do trabalho e a apropriação privada dos recursos naturais.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Desenvolvimentismo; Programa de Aceleração do Crescimento; Capitalismo dependente			
ABSTRACT			
<p>Professedly inspired by epoch-making projects in the period known as developmentalism, the Growth Acceleration Program (GAP) is considered the base of support for the Workers' Party government of turning a state to ensure the state's role as an inducer for private investment and productive application of direct spending, amid the exhaustion of the dominant neoliberal economic plans in the 1980's and 1990's. Revisiting the developmentalism myth, the GAP supports on assumptions similar to a start-up economic growth as a condition for raising the standard of living. Thus, the study aims to understand the objective conditions in which the GAP has been established as a flagship of the Brazilian state intervention. To this end, the analysis is composed both by authors who made opposition to developmentalism and by those who analyse the situation of the contemporary so-called new developmentalism. Thus, the work points out that the implementation of the GAP as a consolidated national strategic policy, the country's insertion in the global economy, through a pattern of accumulation of capital that promotes the concomitant expansion of the international bourgeoisie associated with local bourgeoisie through in state funding and, like its predecessor, the new developmentalism makes use of past strategies, such as overexploitation of labor and the private appropriation of natural resources.</p>			
KEYWORDS			
Developmentalism; Growth Acceleration Program; dependent capitalism			

¹ Doutorando em Educação pelo PPGE-UFRJ. Integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX).

Introdução: uma ode ao desenvolvimentismo

O carro-chefe da intervenção do Estado, implementado no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado no final de 2006, este é considerado pelos analistas mais alinhados ao governo como uma inflexão do governo federal em garantir o papel do Estado como um indutor para o investimento privado produtivo e na aplicação direta de gastos públicos nos setores de transporte, energia e infraestrutura social e urbana (BARBOSA e SOUZA, 2010; SICSU, 2007).

Quanto aos investimentos concretos, o programa aplicou um montante de 619 bilhões de reais até outubro/2010, dentre os quais cerca de 444 bilhões se destinaram a empreendimentos concluídos. Esse investimento resultou numa considerável elevação da participação estatal com relação ao percentual do PIB, elevando de 1,62% em 2006 para 3,27% em 2010². Também vale mencionar que no mesmo período a taxa média de desemprego medido pelo IBGE decresceu de 10,1% (2006) para 6,7%³. Por fim, a média de crescimento do PIB no período de vigência do PAC foi de 4,6%, sendo que em 2010, o percentual chegou a 7,5%, o que contribuiu fortemente para a retumbante popularidade conquistada pelo ex-presidente e a consequente eleição de sua candidata, Dilma Rousseff.

Diante dos números expressivos e a continuidade da gestão petista no governo federal, o PAC foi desdobrado numa segunda versão (2011-2014) em que se prometem investimentos ainda mais vultosos, girando em torno de 955 bilhões de reais, dos quais, quase cerca de 50% seriam direcionados ao setor de energia, em que se destaca a construção de três enormes usinas hidrelétricas na Região Norte (Santo Antônio, Jirau e Belo Monte), a transmissão de energia da usina do Rio Madeira até o Sudeste, a construção das plataformas de exploração de petróleo do Pré-Sal e a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e a Refinaria Abreu e Lima (PE).

O PAC é composto por três eixos: infraestrutura logística (vias de transportes), infraestrutura energética (geração e transmissão de energia elétrica, extração de petróleo e gás natural, indústria naval e combustíveis renováveis) e infraestrutura social e urbana (habitação, saneamento, construção e expansão de transporte metroviário, recursos hídricos e iluminação pública).

Os investimentos no setor de transporte se baseiam na premissa de que preciso “desafogar o gargalo” pelo qual atravancaria a circulação de mercadorias. Assim, o PAC realizou obras em todas as modalidades de transporte, de modo que as rodovias, ferrovias e hidrovias cada vez mais se

² Conferir em “Balanço 4 anos (2007-2010): PAC”. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac>

³ ALMEIDA, Cassia. Desemprego em 2010 é o menor em 8 anos: 6,7%. **O Globo**, Economia, p. 25, 28 jan. 2011.

interligassem ao principal pólo consumidor interno (RJ-SP-MG); na faixa litorânea, onde se concentram a maioria dos portos exportadores (a exceção do Pará que possui os portos de Santarém, Itaituba e Altamira – este último, o mais próximo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte - também contemplado por construção e pavimentação de duas rodovias); e nas localidades por todo o país que baseiam suas atividades em comércio de *commodities*.

O setor de infraestrutura energética consumiu R\$ 148,5 bilhões na primeira versão do PAC e na segunda, estima-se um aporte de R\$ 461 bilhões⁴. Os investimentos se concentram principalmente no desenvolvimento da exploração de campos de petróleo e reservas de gás natural e na construção de usinas hidrelétricas e termelétricas. Esses empreendimentos são os que demandam maior volume de recursos e que causam maior impacto ambiental, por isso muitas obras só foram iniciadas no final do governo anterior ou no mandato de Dilma Rousseff.

A infraestrutura social e urbana concentrou mais de 90% em financiamento para habitação (R\$ 216 bi dos R\$ 230 bi investidos no setor), incluindo o programa “Minha casa, minha vida”, além de investimentos na iluminação pública pelo programa “Luz para Todos”, transporte metroviário em centros que receberão os megaeventos esportivos e urbanização e construção de habitação, concentrando-se em favelas e bairros populares.

[escrever uma abertura para o parágrafo]. A teoria econômica conhecida como *desenvolvimentismo* foi formulada e difundida pela Cepal na década de 1950. É possível afirmar que essa teoria tenha surgido como a tentativa de dar uma explicação em termos aceitáveis sobre o porquê os países capitalistas centrais atingiam níveis de progresso e bem-estar social muito superior aos da periferia. Dessa forma, o processo de desenvolvimento econômico foi tomado como um fenômeno geral e que a posição que os países ocupam nas relações internacionais equivale ao estágio em que atingiram no *continuum* evolutivo. Daí advém o esquema dual que “explicaria” o subdesenvolvimento ou o desenvolvimento como parte de um momento histórico, em que o primeiro seria uma etapa rumo ao segundo, desde que repetissem os padrões seguidos nos países capitalistas centrais. Então caberia ao Estado atuar no sentido de desenvolver sua própria industrialização, a fim de corrigir os desequilíbrios e desigualdades gerados pelas relações comerciais desiguais baseadas na exportação de produtos primários e importação de manufaturas (MARINI, 2010).

A partir dessas premissas, pode-se dizer que o desenvolvimentismo, mais do que uma teoria econômica, converteu-se na ideologia da burguesia latino-americana nos anos do pós-2ª guerra mundial. Pode-se dizer que três pilares fundamentavam as estratégias de desenvolvimento: um salto

⁴ “Balanço 4 anos (2007-2010): PAC” e “Apresentação do PAC 2”. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac>

na industrialização que permitisse a esses países rapidamente alcançarem os níveis econômicos do capitalismo central; o ideário de que tal iniciativa decorria de um “projeto de nação” entre a classe política dirigente, a burocracia estatal e a burguesia local; o Estado assumiria o papel de direção do projeto e seria o sócio principal dos empreendimentos. Se por um lado é possível reconhecer que foram construídos parques produtivos e implementadas indústrias de base, por outro, isto foi alcançado sob o efeito de enorme endividamento público, inflação galopante e crescimento da concentração de renda e da desigualdade econômica e sem a consecução de um desenvolvimento autônomo, muito por conta da resistência das frações burguesas locais em permitirem um dirigismo econômico por parte do Estado (CHIBBER, 2006).

O primeiro grande baque sofrido pelo desenvolvimentismo e que, por conseqüência, mostrou seus limites intrínsecos, ocorreu no início da década de 1960, quando uma crise de acumulação e de realização da produção atingiu os países latino-americanos. Esta se deu na incapacidade de importar os elementos materiais necessários ao desenvolvimento do processo de produção, bem como nas restrições para realizá-la. Isto é explicado por Ruy Mauro Marini que afirma que o processo de industrialização por substituição de importações desses países ocorreu com base na velha economia exportadora, sem que se levassem adiante reformas estruturais que permitissem um alargamento do espaço econômico. Tal situação gerou os seguintes problemas: por um lado, o setor manufatureiro, que não se destinou a conquistar espaços no mercado externo, manteve-se dependente das exportações de produtos primários para a obtenção de divisas; por outro, quando a expansão do mercado interno atingiu seu limite – tendo em vista que não se fizeram as reformas estruturais - a industrialização, erigida como solução para a superação do subdesenvolvimento, não conseguiu absorver toda mão-de-obra disponível, o que condenou significativa parcela a uma brutal superexploração do trabalho, desigualdade de renda abissal e níveis de consumo muitas vezes abaixo do requerido para a própria subsistência (MARINI, 2010).

Vinte anos após sua derrocada final, com a crise da dívida em 1982, o mito desenvolvimentista ressurgiu em meio ao esgotamento dos planos econômicos neoliberais. Impulsionado pelas lutas populares contra a redução dos direitos sociais e aumento do desemprego e da pobreza, diversos governos de conotação de centro-esquerda e esquerda foram eleitos na década de 2000⁵. Particularizando a situação brasileira, a aliança de partidos com base popular (PT/PCdoB/PSB/PDT), setores empresariais, representados pela escolha de José Alencar como vice-presidente e capitaneada por Lula, foi eleita em 2002 sob o discurso de retomar o crescimento

⁵ Argentina: Nestor e Cristina Kirchner; Uruguai: Tabaré Vazquez; Paraguai: Fernando Lugo; Bolívia: Evo Morales; Chile: Michele Bachelet; Equador: Rafael Correa; Venezuela: Hugo Chávez; Brasil: Lula.

econômico combinado a distribuição de renda, objetivo esse que passaria pela “retomada” da intervenção do Estado na economia.

A principal função do Estado nos marcos do novo-desenvolvimentismo seria direcionar que os ativos financeiros, retidos pelos investidores em momentos de turbulência econômica, sejam transformados em investimentos produtivos. Ao mesmo tempo em que a economia estaria blindada de ataques especulativos, o Estado forte atuaria como uma instância reguladora e indutora das atividades econômicas, através de medidas como redução da taxa de juros, ampliação do crédito, acúmulo de reservas cambiais e expansão do gasto público em políticas sociais. Castelo (2010) expõe que a utopia da intelectualidade novo-desenvolvimentista entende que

o Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim, o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social. O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na ‘questão social’, portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades (p.197).

Em uma perspectiva histórica, o lançamento do PAC se ampara na mesma perspectiva do desenvolvimentismo: a promessa de um arranque para o crescimento econômico como condição para a elevação do padrão de vida da população. No contexto do neoliberalismo, esse programa, apesar da aparente inflexão estrutural, pois o Estado seria novamente reconhecido com agente econômico e de planificação, implica em constatar de que não há nada de novo, pois o Estado nunca abandonou seu papel de operador da economia.

Apesar dos números oficiais apontarem uma condição inquestionável dos benefícios para o programa. Contudo, para uma análise mais apurada sobre essa política estrutural, a visão ufanista divulgada pelo governo precisa ser deixada de lado. Apenas assim será possível problematizar sobre qual tipo de inserção na economia-mundo que o PAC aponta para o país. O governo federal investe em infraestrutura de maneira a potencializar a posição brasileira como centro mundial em exportação de *commodities* e produtos primários em geral. Essa demanda tardia das frações burguesas locais amplia os espaços de acumulação do capital privado sobre atividades ainda a ser exploradas no circuito de valor do capital. Por isso, é possível afirmar que a inserção da nação econômica e o padrão de acumulação operado no país se inscreve nos marcos próprios do capitalismo dependente, tal como formulado por Florestan Fernandes.

Antítese ao desenvolvimentismo sob a ótica do capitalismo dependente

O trabalho parte do pressuposto de que não existe uma “invasão neocolonial” das grandes corporações mundiais sobre o território brasileiro a fim de se apoderar de nossas riquezas, ameaçando a soberania nacional e capacidade de fazer uma política autônoma e independente por conta da subjugação a que é submetida o Estado e as empresas locais. Ao contrário, a interpretação presente entende que a política de Estado e a dominação de classe burguesa se desenvolvem a partir de uma cumplicidade entre o imperialismo e as frações capitalistas locais através do capitalismo dependente (FERNANDES, 1972).

Com o objetivo de tornar pensáveis as condições concretas das estratégias imperialistas e, sobretudo, as determinações que produzem um enorme contingente de trabalhadores expropriados e que vivem nas periferias das megalópoles, a tese se vale do conceito de capitalismo dependente, elaborada por Florestan Fernandes que, na década de 1960, debatia contra duas teorias: a teoria da modernização e a teoria da dependência. A primeira se amparava diretamente no processo de aprofundamento das relações capitalistas. Defendia-se que o subdesenvolvimento decorria de contingências internas tais como o conservadorismo das elites dominantes, mas que seria uma condição transitória para esses países a partir da entrada do capital estrangeiro, condição que permitiria o crescimento econômico e, conseqüentemente, a superação do subdesenvolvimento. A segunda, que tinha como principais ícones Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, compreendiam que, apesar do núcleo do capitalismo não estar aqui, seria possível um desenvolvimento no subdesenvolvimento.

Contudo, para Florestan, a explicação para condição subdesenvolvida não deve ser procurada na dependência, mas no mesmo fator que o explica, no caso, o próprio capitalismo. Uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, mas a sua própria ordem econômica é uma ordem capitalista, pois ela reproduz várias condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento do regime social de produção capitalista (FERNANDES, 2008).

Na medida em que as sociedades se vinculam a um capitalismo dependente, elas terminam por encarnar uma situação específica, por meio de uma economia de mercado capitalista destituída de autossuficiência. Caracteriza assim Fernandes (2008)

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente como uma entidade especializada, no nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, no nível do ciclo de apropriação capitalista, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (p.36-7).

Portanto, a modernização das relações econômicas no Brasil, pautada em um crescimento econômico e desenvolvimento social limitado, acabava por disfarçar os seus laços de dependência. Isto porque o padrão de acumulação que se instituiu no país não apenas promove a expansão concomitante das grandes corporações internacionais, mas também as frações burguesas locais. Diferente da retórica que defende que o capital nacional seria espoliado em relações econômicas desiguais, reproduzindo uma visão neocolonial de sobreapropriação dos recursos gerados na colônia pela metrópole, o conceito de capitalismo dependente nos permite compreender que a associação entre os núcleos burgueses externos e internos foi um projeto levado adiante por ambos e que expressavam o momento histórico do capitalismo monopolista na periferia.

A consolidação desse padrão de acumulação e da composição das frações de classe burguesa não teria êxito sem a mediação do Estado como impulsionador do capitalismo monopolista. Isto porque, com sua grande participação relativa na estrutura econômica, absorveu o modelo empresarial capitalista, convertendo-se em peça chave para a abertura e adaptação do espaço econômico e político ao *ethos* do capitalismo monopolista e sua associação definitiva com o núcleo hegemônico do capital. Florestan ressalta que a dominação burguesa só foi possível por conta da atuação do Estado, que instrumentalizou a sua máquina burocrática a serviço de fins particularistas e por onde as elites dominantes encontraram um foco de unificação institucional de suas atividades (FERNANDES, 1987).

Ainda que o Estado tenha desempenhado um papel relevante no sentido de garantir uma industrialização nacional e pela política da substituição de importações, essas medidas aprofundaram um modelo de capitalismo que inseria a nação nas relações econômicas de forma heterônoma e dependente das necessidades dos centros hegemônicos capitalistas e da burguesia internacionalizada.

A incorporação definitiva do país à condição de capitalista dependente pode ser compreendida, portanto como uma relação tripartite (ainda que desigual): 1) as grandes corporações e os Estados capitalistas hegemônicos procuram estabelecer o controle sobre as bases estruturais e dinâmicas que norteiam as nações emergentes, visando abrir os mercados para exportar sua produção excedente de mercadorias e capitais e exercer o controle sobre a sua expansão induzida suas economias; 2) as frações burguesas locais que, diante das dificuldades econômicas e políticas

em estabelecer um modelo de capitalismo autônomo, renderam-se ao projeto hegemônico do capitalismo monopolista, associando-se às grandes corporações, de modo a não perderem seus privilégios econômicos e posição cultural a qual estavam acostumadas; 3) por fim o Estado que, por sua vez, operou a sua máquina burocrática a serviço de fins particularistas e onde as elites dominantes encontraram um apoio para se unificarem institucionalmente em suas atividades, culminando na sua militarização em 1964.

Nesse jogo, em que aparentemente todos ganham, faltou apenas considerar os interesses da classe trabalhadora e os indigentes que cada vez mais assolavam o país, expondo as misérias e as tragédias enfrentadas pela maior parcela da população, resultante de um modelo econômico que se alimenta e sobrevive da instituição da desigualdade e da exploração alheia. Por isso, o *modus operandi* incutido no capitalismo dependente se processa à custa dos setores assalariados e despossuídos da população, que são submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação do excedente por parte dos capitalistas.

Um dos mecanismos desenvolvidos pelos capitalistas para minimizar sua perda da parcela do excedente econômico para os centros hegemônicos do capital ocorre por meio da superexploração do trabalho. Na América Latina, essa exploração se caracterizará por mecanismos que não permitam a reprodução adequada da vida do trabalhador. Segundo defende Ruy Mauro Marini (2005), para que a América Latina pudesse contribuir com a acumulação de capital, teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador, fato no qual se define a dependência latino-americana. Assim

A base real sobre a qual se desenvolve [a dependência] são os laços que a ligam com a economia capitalista mundial. Nascidas para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo central está constituído pelos países industriais, a produção da América Latina não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (p.162).

Assim, enquanto nos países industriais, o consumo individual dos trabalhadores representa uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação, na economia exportadora latino-americana, como a circulação se separa da produção e se realiza majoritariamente no mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. Complementa Marini (2005, p.164) que “Em conseqüência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha”. Isso explica (mas não atenua) o fato de que as

frações burguesas locais exaurem até o limite toda possibilidade de extração da mais-valia do trabalhador.

Síntese da tragédia anunciada: o mito (novo) desenvolvimentista

Passados mais de trinta anos dos escritos mais importantes de Florestan, o fato é que a autonomia do Brasil contemporâneo enquanto nação ainda parece caminhar a passos lentos, visto sua dependência econômica em receber inversões do capital externo e a opção pela associação com o imperialismo. E o Brasil do século XXI procura alimentar por meio do (novo) desenvolvimentismo a saída para as suas grandes questões.

A implementação do PAC não apenas não apresenta nenhuma reversão substancial na política econômica, como está inscrito no fortalecimento das frações burguesas mais internacionalizadas, indicando que o programa é a versão nacional do IIRSA⁶ (LEHER, 2007). Este programa de alcance latino-americano tem como proposta central alavancar projeto de infraestrutura nas áreas de transportes, de energia e de comunicações, objetivando intensificar o comércio regional e global diante das demandas da economia-mundo para a região.

É importante registrar que os dez eixos ou corredores que o compõe estão ligados às frações burguesas mais internacionalizadas e adeptas da inserção capitalista dependente – agronegócio e *commodities* – o que inclui o escoamento das mercadorias por novas vias, abertura de novas áreas de plantio, geração de energia e exploração da biodiversidade. Para conseguir tal objetivo, haverá de ser feita uma nova paisagem geográfica, o que implica em remover quaisquer obstáculos naturais que forem precisos. Conforme chama a atenção Leher (2007), o PAC não apenas consolida como política estratégica nacional a inserção do país na economia-mundo e cada vez mais próximo às nações hegemônicas como seus projetos, tais como “as linhas viárias, a localização das hidrelétricas e o traçado dos gasodutos coincidem, no fundamental, com os do IIRSA” (p.17).

Na medida em que fala em nome do bloco de poder dominante, o governo brasileiro desenvolve uma narrativa de que a consolidação do Brasil na exportação de produtos primários e extração de recursos naturais seria a oportunidade do país em ascender ao grupo das nações desenvolvidas. Contudo, o projeto de “integração” da América do Sul se assemelha mais a um ovo de serpente, tendo em vista que reserva possíveis armadilhas e interesses econômicos alheios à boa parte da população. Por meio do discurso da integração e da dotação de infraestrutura, o IIRSA vem sendo considerado uma versão mais concreta do natimorto ALCA, porque enquanto o segundo

⁶ Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul.

tratava-se apenas de um acordo comercial, o atual projeto prevê, com seus projetos, a construção de instalações físicas em que ocorreria o fluxo de mercadorias em direção aos países importadores, ao custo da inundação de vastos territórios; aumento do plantio de monoculturas como a soja ou a cana e o desmatamento das reservas florestais; contaminação dos rios e da terra, por conta das atividades relacionadas à extração de minérios e agronegócio, respectivamente; e a privatização das atividades econômicas e territórios dotados de riquezas naturais (CECEÑA, AGUILAR e MOTTO, 2007).

Dessa forma, pode-se entender que os projetos econômicos vinculados ao novo-desenvolvimentismo vêm operando um padrão de acumulação de capital que promove a expansão concomitante dos núcleos centrais da burguesia internacional, representada pelas grandes corporações industriais e os grupos financeiros-rentistas, associados às frações internas da burguesia local por meio do financiamento estatal. Nesse contexto, a expropriação surge como uma categoria importante porque ela expressa a redução dos direitos sociais, de modo a enfraquecer o poder da classe trabalhadora como força histórica e se processa a custa dos assalariados. Florestan Fernandes (1972) entende a expropriação como um componente indissociável do capitalismo dependente

A evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência à autonomização, mas ao crescente aperfeiçoamento das técnicas de desenvolvimento por associação dependente, de controle autoritário ou totalitário do poder e de exploração cruel da massa de trabalhadores e despossuídos (p.76).

Com o objetivo de aumentar seus rendimentos, as empresas nacionais têm de sufocar e intensificar a exploração da força de trabalho para redução dos custos de fabricar mercadorias. Colocam-se mecanismos permanentes de expropriação (p. ex.: perda de direitos sociais) e se forja um mecanismo de reforço de um exército de reserva com trabalhadores “dispostos” a aceitar a expropriação⁷.

O capitalismo na atualidade não apenas generalizou a expropriação dos trabalhadores, mas dá sinais de que está expandindo a todas as dimensões da vida social, o que levou o capital a impor modificações em seus processos produtivos, a introdução das novas formas de controle e gestão nos locais de produção, a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação, a apropriação da produção científica à lógica da produção de valor e a mercantilização da cultura, como aprofundando aquelas mais consagradas como a intensificação da mais-valia relativa sobre os trabalhadores, precarização dos vínculos trabalhistas e cassação ou relativização dos direitos sociais. Fontes (2005) chama a atenção de que há em curso dois movimentos simultâneos: “a

⁷ Uma das formas de contratação de trabalhadores para as obras do PAC é por meio dos “gatos” – intermediários que recrutam mão de obra e são remunerados pelo trabalhador com parte do seu primeiro salário, pelo agenciamento do emprego e despesas com a viagem.

incorporação de imensas áreas de atividade laboral ao capital e a expropriação de uma série de elementos que impediam ou dificultavam a plena dissolução do conjunto da mão-de-obra como ‘trabalho a serviço do capital’” (p.98).

Nesse âmbito, é que os projetos econômicos levados adiante pelo governo brasileiro se compatibilizam com a crítica da autora acima, que vem se materializando, fundamentalmente, na ação do Estado, que é o ente política que promove os acordos comerciais, realiza as obras que permitirão a apropriação privada da biodiversidade e dos recursos naturais, constrói hidrelétricas, criação de vias para escoamento das matérias-primas e concede licenças ambientais. Pode ser citado neste espaço a transposição do Rio São Francisco em benefício do agronegócio, a expansão da produção de celulose na bacia aquífera do Guarani, a construção das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira e de Belo Monte, no Rio Xingu e as mineradoras da Região Norte que tem como grande ícone a *nossa* Vale do Rio Doce. Não por acaso, os grandes empreendimentos do PAC foram alvo de violentas insurreições por parte dos trabalhadores no 1º semestre⁸.

A nova configuração territorial requererá a remoção dos obstáculos aos negócios e parece inequívoco que a opção pelo IIRSA-PAC significa uma tomada de posição em prol do bloco de poder dominante e cada vez mais distante dos movimentos sociais e indígenas. Nesse sentido, o ocultamento e a desqualificação das críticas quanto aos efeitos danosos destas medidas, por vezes, acabam por gerar a criminalização dos movimentos de resistência ao avanço do capital, tanto por parte da grande mídia quanto por meio da própria Justiça.

Referências

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Boitempo, 2010.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

⁸ As obras de construção da hidrelétrica de Jirau (RO) foram suspensas por quase um mês após a insurreição dos trabalhadores em 16 de março de 2011, protestando contra as condições a que eram submetidos. Dois dias depois as obras da usina de Santo Antônio (RO) também seguiram o caminho de suspensão e negociação para uma melhor remuneração dos operários. Duas semanas depois foi a vez dos trabalhadores da construção do Porto do Açú (RJ) deflagrarem uma greve e fechar a estrada RJ-240, contra o não-pagamento integral da correção salarial e reivindicações de aumento da cesta básica de R\$ 65 para R\$ 120 e plano de saúde.

CHIBBER, Vivek. Revivendo o Estado desenvolvimentista? O mito da burguesia nacional. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. **Socialist Register 2005: o império reloaded**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª Ed, São Paulo; Global, 2008.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3ª Ed, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FONTES, Virgínia. As expropriações contemporâneas e o papel da política. In: FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

LEHER, Roberto. PAC, educação e heteronomia cultural. **Revista Políticas Públicas**; Volume: 11; Fascículo:1; p.9-34; São Luiz, MA: UFMA, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SICSU, João. PAC: quatro depois o governo tenta mudar o rumo. In: SICSU, João (org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007.